



A **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)**, organização que representa os povos indígenas nacionalmente, vem, por meio do presente documento, declarar apoio aos parentes do Estado do Pará, que ocupam a Secretaria de Educação do Estado desde o dia 14 de janeiro em protesto contra alteração do Sistema Modular de Ensino do Estado, que prejudica diretamente a educação indígena.

Em 2024, o governo do Pará implementou uma metodologia virtual voltada para a educação indígena, substituindo os professores presenciais por aulas gravadas, transmitidas por televisores por meio do Centro de Mídias da Educação Paraense (Cemap). Essa medida está em completo desacordo com as legislações federais que dão sustentação à educação escolar indígena, nosso país ao longo dos últimos anos construiu um arcabouço legislativo que garante aos povos indígenas uma educação diferenciada, citamos como exemplo: 1) a base nacional comum curricular, 2) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 3) Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação 4) a Convenção 169 da OIT entre outros que o estado do Pará infringe ao adotar o fim do sistema modular.

Além de representar um absoluto retrocesso à metodologia de ensino, deixando de haver um sistema de ensino com a presencial, ignora a diversidade cultural e linguística das comunidades indígenas, bem como não leva em consideração as dificuldades de acesso à tecnologia e à internet nas diferentes regiões do Estado.

Desde o início do protesto, os parentes vêm sofrendo com repressão policial, restrição de água, comida e acesso aos banheiros do prédio público, inclusive relatando que foi utilizado spray de pimenta no banheiro como meio de bloquear a circulação. Ocorrendo uma evidente violação aos direitos de livre manifestação e à dignidade humana.

A educação indígena é uma conquista fruto de um longo processo histórico de luta travado por nossos ancestrais. Essa batalha resultou na inclusão de importantes garantias no texto constitucional, como o artigo 231, que assegura aos povos indígenas o direito à preservação de sua cultura, costumes, línguas, crenças, tradições e formas próprias de organização social. Além disso, o artigo 210 reforça o respeito à diversidade cultural, garantindo a utilização das línguas maternas e a valorização dos processos próprios de aprendizagem no âmbito da educação.



O projeto de Educação do Estado do Pará representa mais uma das ferramentas de pagamento histórico da nossa cultura. Defender a educação indígena é defender a Constituição Federal de 1988, os direitos humanos e a diversidade cultural de nosso país. Assegurando o fortalecimento da nossa identidade e a construção de uma sociedade plural e coletiva.

Por fim, destacamos que a medida ora adotada exalta as contradições da atual gestão em um ano emblemático, pois o estado receberá a COP-30. O debate em torno da pauta climática em nosso país passa necessariamente pela preservação e conservação das culturas indígenas. Ao tentar extinguir uma educação intercultural que permita a continuidade dos usos e costumes dos povos indígenas e quilombolas, o governo estadual demonstra que seu projeto político em torno da pauta trata-se de um discurso espúrio em completo desacordo com a imagem capitaneada nas peças publicitária que pretende colocar o Estado do Pará como um Estado que respeita os povos Tradicionais.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

Brasília, 16 de janeiro de 2025.